



Renovação de Licença de Instalação



PROCESSO Nº 48886/2017

RLI Nº: 01

ANO 2017

Nº Licença Anterior: LI 77/2015
Data de Expedição: 01/06/2015

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO INTEGRADO**, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal Nº 705/2008, de 25 de março de 2008, e de acordo com o Decreto Nº 10.600/2001 e Termo de Cooperação Técnica Nº 032/2014, **EXPEDE** a presente **RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO**, que autoriza a:

Requerente: AGENCIA ESTADUAL DE GESTÃO E EMPREENDIMENTOS - AGESUL.

CPF/CNPJ: 15.457.856/0001-68

Endereço do Empreendimento: Final da rua Espírito Santo, S/N.

Bairro: Zona Urbana

Município: Nova Andradina

CEP: 79750-000

Bacia Hidrográfica: Paraná/Rio Ivinhema

Área Ocupada Prevista: 1.805,501 m²

Área Total: 40.000,00 m²

Atividade: ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO – ETE

Capacidade: 40 litros/s

VALIDADE LICENÇA: 02 anos

Coordenada S: 22°15' 3.99"

Coordenada W: 53°22'2.94"

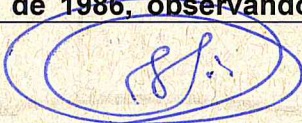
Condicionantes Específicas:

1. Esta Licença autoriza a ampliação do empreendimento para a atividade de Sistema de Tratamento de Esgoto – ETE (Reator Anaeróbio de Leito Fluidizado e um Filtro Biológico), ambos com capacidade de 40L/s;
2. O empreendimento deverá ser implantado de acordo com o projeto técnico, plantas memoriais descritivos e estudos apresentados e aprovados pelo IMASUL;
3. A rede coletora não poderá ser utilizada e/ou operada, devendo ser mantida lacrada até que a Estação de tratamento de Esgoto esteja de posse da Licença de Operação;
4. Deverão ser realizados controle e manutenção periódicos dos veículos e equipamentos utilizados;
5. Deverá manter as vias de acesso ao empreendimento em boas condições de uso;
6. O dimensionamento e a estabilidade das estruturas que compõem o empreendimento são de responsabilidade técnica do empreendedor e seu responsável técnico;
7. Quando da solicitação da Licença de Operação (LO) deverá ser apresentado a este PMNA/SEMADI:
 - a) Plano de Auto Monitoramento – PAM;
 - b) Carta de Anuência da área indicada pelo poder público municipal para a disposição do resíduo estabilidade e desinfetado, oriundos da ETE.
 - c) Protocolo de um INFORMATIVO DE PRADE para Classe "B", conforme determina a Resolução SEMAC/MS nº27 de 19 de dezembro de 2008, de um projeto conforme instrução normativa nº 005/2009 do Ministério do Meio Ambiente – MMA de recuperação de uma Área de Preservação Permanente – APP na mesma sub-bacia hidrográfica, como medida compensatória ecológica pelas intervenções efetuadas na APP do Córrego Baile em atendimento à Resolução CONAMA nº 369/2006;
 - d) Comprovação de implantação da cortina arbórea no entorno da ETE;
 - e) Plano de Emergência para falta de energia ou problemas eletromecânicos;

- f) Plano de gerenciamento de Resíduos Sólidos, conferindo destinação final adequada para todos os resíduos gerados no empreendimento;
- g) Cópia da Outorga de Uso de Recursos Hídricos emitida pelo IMASUL/SEMADE/MS.
8. Apresentar no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento desta licença, a documentação que comprove que os resíduos sólidos provenientes da sobras de implantação do sistema de esgotamento sanitário e da ETE foram destinados atendendo as condições ambientais adequadas;
9. Durante a instalação deverá ser realizada aspersão de água nas vias internas próximas e no local das obras de modo a controlar a emissão de material particulado oriundo do processo de demolição, manuseio de materiais e movimentação de veículos e máquinas, além da adoção de todas as demais práticas adequadas para a construção civil;
10. As áreas de empréstimo e bota-fora deverão ser devidamente licenciadas pelo órgão ambiental competente;
11. Os resíduos sólidos gerados deverão ser recolhidos, coletados, acondicionados e estocados transitoriamente em abrigos que atendam as recomendações técnicas;
12. O empreendedor deverá cumprir o disposto nas normas ambientais e técnicas aplicáveis para resíduos sólidos, enquadrados na Classe 2 segundo a NBR 10.004/2004, da Associação Brasileira de Normas técnicas – ABNT, em especial a resolução CONAMA nº 307/2002 no que se refere à gestão dos resíduos da construção civil;
13. Durante a execução das obras deverão ser adotadas medidas preventivas de maneira a evitar processos erosivos, de modo a garantir a não contaminação, do solo e dos recursos hídricos, quer sejam superficiais ou subterrâneos;
14. Fica proibida a emissão de substâncias odoríferas que possam causar incômodo à vizinhança, bem como a emissão de material particulado e queima a céu aberto de resíduos de qualquer natureza e em qualquer estado dentro da área do empreendimento ou em área de terceiros;
15. Qualquer alteração, ampliação e/ou diversificação da atividade/projeto deverá ser previamente licenciada pelo IMASUL/SEMADE/MS;
16. Quando da execução das obras, deverão prever proteção e sinalizações de advertência de risco com indicativos de obras, com mínimo de 100m de distância;
17. O empreendedor deverá adotar medidas mitigadoras apresentadas.
18. Fica proibida a queima ao ar livre de resíduos de qualquer natureza em qualquer estado, além da disposição inadequada destes mesmo resíduos, dentro da área do empreendimento ou na área de terceiros.
19. Fica proibida no empreendimento, a utilização direta ou indireta, da várzea do Córrego do Baile, como depósito de materiais, produtos ou destinação de quaisquer resíduos;
20. A SEMDI/PMNA, não autoriza o lançamento de qualquer material poluente no corpo d'água, podendo autuar em conformidade com a Lei Nº 705/2008.

Condicionantes Gerais:

- 1. Esta Licença não isenta o empreendedor de cumprir as formalidades legais junto aos órgãos federais, estaduais ou municipais;**
- 2. Qualquer alteração na titularidade e/ou Razão Social da empresa deverá ser comunicada imediatamente a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Integrado de Nova Andradina;**
- 3. Qualquer alteração, ampliação e/ou diversificação da atividade deverá ser previamente licenciada por este Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Integrado de Nova Andradina;**
- 4. A concessão desta Licença deverá ser publicada em periódico de circulação local/regional no prazo de 30 (trinta) dias, a partir de sua assinatura, conforme Resolução CONAMA Nº 006 de 24 de janeiro de 1986, observando o princípio da publicidade. Os**



referidos editais de publicação deverão ser enviados a esta Secretaria, sob pena de suspensão da Licença;

5. Mediante decisão motivada esta Licença poderá ser suspensa e/ou cancelada, sem prejuízo da adoção das outras medidas punitivas administrativas e judiciais, quando ocorrer:

I – Violação ou inadequação de quaisquer das condicionantes acima descritas ou normas legais;

II – Omissão ou falsa descrição das informações relevantes que subsidiaram a expedição desta Licença;

III – Superveniência de graves riscos ambientais e à saúde.

VALIDADE DA PRESENTE LICENÇA: 02 anos da data de sua assinatura.

A renovação desta Licença deverá ser solicitada num prazo mínimo de 30 (trinta) dias anterior ao seu vencimento.

Nova Andradina, 31 de Março de 2017

**Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Integrado
Prefeitura Municipal de Nova Andradina**